

A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora

The constitution of one power in a transfrontier territory: around the origins of the Hospitallers Távora commandery

La constitution d'un pouvoir dans un territoire de frontière: autour des origines de la commanderie Hospitalière de Távora

La constitución de un poder en un territorio de frontera: en torno a los orígenes de la encomienda Hospitalaria de Távora

Ricardo Barbosa da Silva

Mestre em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto
up200603512@letras.up.pt

Sumário: Durante a Idade Média, o Entre-Lima-e-Minho, embora português na esfera civil e política, formava parte da diocese galega de Tui em termos religiosos. Quando os hospitalários sentiram necessidade de criar uma comenda para melhor gerirem os seus bens na região, parecem ter-lhe atribuído os limites ancestrais da parte portuguesa da dita diocese, respeitando as suas características próprias. Quanto aos primórdios desta nova comenda, sediada em Távora, existem alguns indícios que nos permitem entrever aspetos inerentes ao processo da sua instituição, bem como uma data aproximada da mesma.

Palavras-chave: comenda de Távora, Ordem do Hospital, séculos XII e XIII, fronteira luso-galega.

Abstract: During the Middle Ages, the region between the rivers Lima and Minho (Northwest of Portugal), in spite of being Portuguese in civil and political terms, was part of the Galician diocese of Tui in religious issues. When the Hospitallers felt the necessity of founding a commandery in order to better administer their estate in the region, it seems they attributed the ancestral limits of the Portuguese part of the said diocese, respecting its own characteristics. In what regards the origin of this new commandery, based in Távora, there exist some signs that allow us to better understand inherent aspects of the process of its foundation as well as an approximate date of it

Keywords: commandery of Távora, Hospitallers Knights, 12th and 13th centuries, border between Portugal and Galicia (Spain).

Résumé: Pendant le Moyen Age, la région entre les fleuves Lima et Minho (Nord-ouest du Portugal), bien que portugaise dans la sphère civil et politique, était partie du diocèse galicien de Tui (Espagne), en termes religieux. Quand les Hospitaliers ont senti la nécessité de créer une commanderie pour meilleur gérer leurs biens dans la région, il semble qu'ils l'ont attribué les limites ancestrales de la part portugaise de la susdite diocèse, respectant toutefois ses caractéristiques propres. En ce qui regarde les origines de cette nouvelle commanderie, siégée à Távora, ils existent quelques indications que nous permettent d'entrevoir des aspects inhérents au procès de sa fondation, bien comme une date approchée de la même.

Mots-clés: commanderie de Távora, Ordre de l'Hôpital, XIIe et XIIIe siècles, frontière luso-espagnole.

Resumen: Durante la Edad Media la región entre los ríos Lima y Miño, si bien que portuguesa en la esfera civil y política, no lo era en los aspectos religiosos, pues era parte de la diócesis gallega de Tui. Cuando los Hospitalarios sentirán la necesidad de crear una encomienda para mejor gestionaren sus bienes en la región, parece haber le atribuido los limites ancestrales de la parte portuguesa de la dicha diócesis, respectando sus características propias. En lo que respecta a los orígenes de esta nueva encomienda, con sede en Távora, existen algunos indicios que nos permiten entrever aspectos inherentes al proceso de su fundación, bien como una data aproximada para la misma.

Palabras-clave: encomienda de Távora, Orden del Hospital, siglos XII y XIII, frontera luso-gallega.

1. Objetivos

Após a conclusão da nossa dissertação de Mestrado (Silva, 2016), achámos pertinente reunir algumas das ideias aí expressas e, na medida do possível, aprofundá-las um pouco mais. Os dados de que dispomos não são abundantes e muito menos consistentes, porém, ainda assim e em conjunto, permitem-nos tirar ilações com algum fundamento teórico. As ideias que adiante apresentamos são, deste modo, fruto de conjeturas, baseadas em pistas documentais, e interpretações que pretendem colmatar um vazio histórico e historiográfico no que diz respeito à comenda hospitalária de Távora. Assim sendo, tentando compreender como se foi desenhando a rede patrimonial que será, em dado momento, sujeita à comenda mencionada, queremos, neste estudo, sondar as origens da mesma, bem como algumas das razões que hão-de ter sido ponderadas aquando da sua criação.

Antes de prosseguir, e como se depreende do título escolhido, incidiremos sobre os séculos XII e XIII, período ao qual corresponde a fase inicial da própria Ordem de São João de Jerusalém, ou do Hospital, e acrescente-se que, por comodidade, havemos de referir-nos a freguesias, sempre que seja necessário, respeitando a situação administrativa anterior a 2013/2014.

2. Primórdios da presença hospitalária no Entre-Lima-e-Minho

Os primeiros indícios que atestam a presença da Ordem do Hospital entre os rios Lima e Minho remontam ao século XII e constam de cartulários medievos procedentes de dois mosteiros da região: um sito em Riba-Lima e o outro em Riba-Minho.

Embora a denominação nos aponte para o mosteiro agostinho dedicado a S. Martinho na margem sul do Lima, na então terra da Nóbrega, a documentação do *Cartvlário do Mosteiro de Crasto* remete-nos para a margem oposta do dito rio, mais propriamente, para a parte norte do atual concelho limiano, algures entre o vale do rio Labruja e a freguesia de Refóios, salvo um caso ou outro onde possamos ir um pouco mais longe. Dito isto, os trinta documentos que compõem esta fonte documental relacionam-se estreitamente com a família patronal do mosteiro de Refóios do Lima, logo com este último cenóbio, e não com aquele de que leva o nome – Crasto (São Martinho

de)¹. Assim sendo, sabemos que vinte destes atos escritos, isto é, dois terços, datam da primeira metade de Undecentos, sensivelmente entre 1114 e 1146, não estando datados os restantes dez. Não obstante, estes últimos devem ser coetâneos ou, pelo menos, assim o sugerem os indivíduos aí citados.

Debrucemo-nos sobre os documentos XIII e XXIII. Neste último, sem data, faz-se alusão ao «*locum que dicitur Jherusalem*», isto é, ao lugar de Jerusalém (*Cartvlário do Mosteiro de Crasto*: 35)². No primeiro, datado de 1132 e onde figura o interveniente principal do anterior (Nuno Vilulfiz), de alguma forma, a informação parece repetir-se: «*Ille dedit ipsa hereditate ad Jherusalem*» (*Cartvlário do Mosteiro de Crasto*: 25)³. Depreender que estamos perante o Hospital com base nestas pistas, embora não seja certo, é possível⁴. Recordemos que o Hospital regia-se por uma regra inspirada naquela que era seguida, quer pelo mosteiro de Crasto, quer pelo de Refóios. Além disso, e talvez este seja o argumento com maior peso, não esqueçamos que este par de referências, reportando-se às freguesias imediatas à vila limiana, não deve ser alheio à rota de peregrinação que, partindo desta localidade, seguia com destino a Compostela. A esta luz, nesta zona em particular, a presença da Ordem, cujo nome nos remete para a “hospitalidade” e assistência, apesar da ambiguidade dos dados enunciados, ganha maior sentido e verosimilhança, justificando-se por si só.

Rumando a norte, uma vez no vale do Minho, e seguindo um raciocínio cronológico, atentemos na documentação de Fiães, mosteiro que aderiu à reforma cisterciense e de clara influência transfronteiriça. De facto, das sete vezes em que encontramos alusões ao Hospital ou aos seus membros, a maioria diz respeito a terras muito próximas da fronteira, porém galegas. Não obstante, para o século XII e para o território que viria a ser português, tomemos a doação de Nuno Dente, com seus descendentes («*insimul natos meos*») ao «*Sancto Hospitali Iherosilimis*». Por este ato, a Ordem é dotada de alguma propriedade sita em Chaviães, atual concelho de Melgaço,

¹ Talvez pelo facto de ambos pertencerem à Ordem dos Agostinhos, a documentação em causa possa ter sido levada para Crasto, sendo aí guardada, razão que, mais tarde, deve ter dado origem a denominação tão falaciosa.

² Pela restante toponímia apresentada, pensamos poder indicar a freguesia de Santa Marinha de Arcozelo (Ponte de Lima) como o local a que esta informação se reporta.

³ Note-se que o ano que consta do documento – 1132 – corresponde à data do mais antigo vestígio seguro da presença dos hospitalários em Portugal (Costa, 1996: 99).

⁴ Apesar de tudo, podemos estar perante uma outra instituição de vocação cruzadística, como o Templo ou a Ordem do Santo Sepulcro, isto na melhor das hipóteses.

povoação raiana, desde logo. Porém, e não menosprezando a importância dos dados entretanto aduzidos, já na parte final surge, como confirmante ou testemunha, «*Nunus Fernandi Ades in obedientia Hospitali Ualadares*» (*O Cartulário do Mosteiro de Fiães*, doc. 63: 66-67). Quer isto dizer que em meados da centúria (1155) existia no vale do Minho alguma estrutura hospitalária. Esta, por ventura em relação com uma albergaria⁵, situava-se na terra de Valadares, constituída então por freguesias que hoje pertencem a Monção e a Melgaço. Nesta perspetiva, Nuno Fernandes surge como representante dessa estrutura local e, em última instância, da própria Ordem. Por outras palavras, os hospitalários eram senhores, certamente, de alguns interesses patrimoniais na região⁶.

3. O surgimento da Comenda

É pois, evidente que desde a sua chegada ao ainda Condado de Portugal, a Ordem de São João de Jerusalém deteve bens e interesses no Entre-Lima-e-Minho. Aliás, esta última informação encontra eco, de forma “inequívoca”, numa inquirição de 1284 levada a cabo na freguesia de São João de Rio Frio (Domingues, 2014: 60-61)⁷. Se bem que se deva usar com alguma cautela, esta evidência vem ainda corroborada pelo facto de a comenda de Távora proceder de uma pretensa doação da Rainha D.^a Teresa «à casa e mosteiro hospitalário de Leça» (Pereira, 1925/26: 3, 13-14).

Não obstante, e visto que vamos chegando ao cerne deste estudo, a primeira referência concreta e segura ao funcionamento desta célula administrativa hospitalária, com sede na ermida de São João Baptista, na freguesia de Santa Maria de Távora, assoma somente em meados de Duzentos (*Chancelaria de D. Afonso III*, vol. I, doc. 19: 30-32;

⁵ O lugar e topónimo Albergaria subsiste e é comum às freguesias de Sá e Valadares, as quais em 1258 são inquiridas em conjunto, sendo aí relatada uma compra efetuada pelo Hospital (PMH – Inq. 1258: 376, 2.^a coluna).

⁶ Esta presença dos freires na terra de Valadares terá continuidade. Numa venda de 1242, feita ao mosteiro de Fiães em Badim (Monção), uma das testemunhas é, precisamente, «*Iohannes Moogo capellanus de Spitale*» (*O Cartulário do Mosteiro de Fiães*, doc. 80: 76-77). O mesmo se diga aquando das inquirições de 1258 e de 1288 (Silva, 2016: 54, tabela 4).

⁷ De acordo com a dita inquirição, a presença da Ordem de São João de Jerusalém nesta paróquia remonta, no caso do casal de Pedro Guimariz, ao ano de 1151 e, no caso do casal de Pedro Barbas, a um período anterior, visto que se alude à Rainha D.^a Teresa. Contudo, será esta senhora a Condessa-Rainha ou alguma das suas descendentes que usaram também o título de Rainha? Referimo-nos a D.^a Teresa Afonso e a D.^a Teresa Sanches, a primeira irmã de D. Sancho I e a segunda filha deste monarca. Esta dúvida da nossa parte em relação à identificação desta “Rainha” é fruto de um caso que tivemos de abordar noutro lugar (Silva, 2016: 62-64).

vol. II, doc. 466: 63-64)⁸. Em face do exposto, note-se que a dita ermida, a ser obra hospitalária de raiz, datará, pelo menos, de 1180-1190, a crer numa inscrição no tímpano da porta principal (Barroca, 2000, vol. II, Tomo I: 438-439). Todavia, socorrendo-nos uma vez mais do *Cartulário de Fiães*, consideremos o documento n.º 147, nomeadamente a passagem seguinte:

«in uilla que vocatur Penso nominatim casali de Palatio et aliud casale de Lama sicut diuiserunt inter se frater Gundisaluus et Rudericus Muniz in Tavara coram freires et aliis bonis hominibus et fuit porcio Roderici Muniz casal de Uilarino quod dedit secum ad Hospitalem» (O Cartulário do Mosteiro de Fiães, vol. I, doc. 147: 113)

Como seria de esperar, continuamos na terra de Valadares⁹, no vale do Minho, perante um homem, de nome Rodrigo (ou Rui) Moniz, que ao freirar-se no Hospital doou-lhe também (*«dedit secum»*) o casal de Vilarinho, que lhe tocara em herança. Apesar disso, queremos sublinhar, isso sim, o facto de este indivíduo ter efetuado a partilha da sua herança com o dito Gonçalo, ao que parece seu irmão, em Távora. Provavelmente, aquando do ato de profissão na Ordem de São João de Jerusalém. Com efeito, a expressão *«in Tavara coram freires et aliis bonis hominibus»* dá-o a entender, já que o termo *«coram»* deve entender-se como “diante de” ou “na presença de” (*Dicionário de Latim-Português*: 307). Por outras palavras, a partilha fora feita em Távora, na presença de freires e de outros homens-bons (*«freires et aliis bonis hominibus»*).

Seja como for, é certo que a área de maior influência do Hospital no Entre-Lima-e-Minho correspondia aos atuais concelhos de Arcos de Valdevez e Monção, aqueles por onde seguia um itinerário secundário que, saído de Braga, passava o Lima mediante uma barca de passagem junto da vila que hoje conhecemos por Ponte da Barca¹⁰. Nas

⁸ As datas apresentadas nestes dois diplomas remetem-nos para os anos de 1251 e 1250, respetivamente.

⁹ Mais propriamente em Penso, atual freguesia de Melgaço, próximo, portanto, do mosteiro de Fiães e do “Hospital” de Valadares, cuja sede seria algures nas atuais freguesias de Santa Eulália de Valadares e São João de Sá, hoje pertencentes a Monção mas outrora, centro nevrálgico da dita terra de Valadares.

¹⁰ Recorde-se que à margem deste itinerário, naquele que é hoje o concelho de Vila Verde, e próximo de Ponte da Barca, situava-se, em Aboim (da Nóbrega), a sede da mais antiga comenda que se conhece para o território português (Costa, 2009: 15). Também se leve em consideração o facto de este caminho ser uma excelente alternativa àquele de Ponte de Lima-Tui, quando o intuito era chegar à Galiza, além de ser, curiosamente, uma via muito utilizada em campanhas militares (Almeida, 1973: 50).

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

inquirições de 1258 e de 1288, é perceptível esta prevalência pelas terras destes dois concelhos, ainda que a presença da Ordem se documente em quase todos os concelhos do atual distrito vianense (Silva, 2016: 44-58).

Esta realidade é fruto dos condicionalismos próprios da região alto-minhota, onde o processo de senhorialização é deveras peculiar. Assim, aquando da chegada dos freires de São João a estas paragens, e dada a sua vertente puramente assistencial por então, os mesmos haviam de empenhar-se no incremento da peregrinação a Compostela e em dar agasalho aos peregrinos que aí acorriam (Costa, 2012: 73-74). A principal via então utilizada para o efeito era aquela que passava por Ponte de Lima em direção a Tui (Moreno, 1986: 78). É neste contexto que temos de enquadrar, certamente, as possíveis referências contidas no *Cartvlário do Mosteiro de Crasto*, que já abordámos¹¹. Contudo, por essa altura, o estabelecimento do Hospital ao longo desta via encontrou inúmeros entraves. O motivo preponderante prendia-se com o percurso da via mencionada que, além de sempre ter por perto diversos bens e coutos de poderosas instituições eclesiásticas de âmbito local, por vezes seguia pelo meio deles. A título de exemplo, citem-se os coutos da Labruja (da Sé de Tui), o couto de Refóios do Lima e, mais a norte, os coutos de Ganfei e Sanfins de Friestas¹². O mesmo se diga para a orla costeira¹³. Aqui, saliente-se a presença, diríamos “avassaladora”, do mosteiro de São Salvador da Torre que, à época, senhoreava importantes coutos na parte norte do atual concelho de Viana do Castelo¹⁴. Além disso, os caminhos de peregrinação costeiros não teriam, por então, a relevância que depois alcançaram (Almeida, 1973: 50).

Com estes dois últimos parágrafos quisemos pôr em evidência um único ponto, deveras importante. É que, aquando da sua implantação a norte do Lima, os hospitalários, à face da concorrência de outros potentados, tiveram de desenvolver as suas teias de

¹¹ Como já dissemos, as referências apontam para as freguesias por onde passa, ainda hoje, o dito caminho de peregrinação. Destaque especial para a freguesia de Arcozelo.

¹² Tomando o Rol das igrejas de D. Dinis, encontramos aí, precisamente como instituições eclesiásticas mais bem cotadas na região, os mosteiros de São Salvador da Torre (1500 libras), Sanfins de Friestas (1100), Refóios (700) e, um pouco mais longe, Ganfei (300). Tendo em conta estes dados, o seu poderio a nível local, era de facto imenso, nomeadamente nos três primeiros casos, sendo-lhes superior somente, os diversos benefícios da Sé de Tui (Costa, 1981: 165-168).

¹³ Com efeito, junto à costa (e a norte do Lima), o Hospital deterá nem sequer meia dúzia de casais que acabarão por ser escambados por outras propriedades, nem de propósito, situadas em Távora (Andrade; Krus, 2000, doc. 53: 152-154). Note-se, contudo, a referência a um casal e meio em Carreço (PMH – Inq. 1258: 329, 2.ª coluna).

¹⁴ Cf. nota n.º 12 deste trabalho e, para ter uma noção complementar, veja-se Abreu (2009: 170 e 200).

influência, conscientemente ou não, em zonas até então mais periféricas, logo menos senhoriais. Daí a predominância que tiveram nas terras mais interiores do Alto-Minho: nos atuais concelhos de Arcos de Valdevez, Monção e Paredes de Coura, mas também de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Melgaço (Silva, 2016: 19-20; 44-45; 54 e 60). Manuseando as inquirições de 1258 e de 1288 é essa a percepção com que ficamos. Aliás, na maioria das referências aí feitas aos sanjoanistas vemos que a sua presença remonta, em diversas localidades, à primeira metade do século XIII (reinados de D. Afonso II¹⁵ e, nomeadamente, de D. Sancho II) ou, quando muito, à segunda metade do anterior. Vejamos alguns casos bem interessantes.

Na freguesia de Rio Frio, em 1258, as testemunhas fazem alusão a uma inquirição «*per mandado del Rey don Alfonso II*», na qual se inferira que «*o Espital non devia aver in termio de Rio Frio ergo ij. casaes, scilicet o casal que foy de Petro Guimariz et o casal que foy de Petro Barva*». A mesma inquirição fôra repetida a mando do “Bolonhês”, sendo apurado o mesmo resultado que anteriormente. Entretanto, o Hospital, e também o Templo, alargaram a sua influência na freguesia de modo abusivo, como se depreende destas palavras: «*Et in esta davandita herdade, unde fazem al Rey estes davanditos foros, meteron se in ela o Tenple et o Espital, et fezerom y poblas et chantadorias et casas et vinas, et non servem al Rey*» (PMH – Inq. 1258: 383, 1.^a coluna). Esta situação mantém-se no reinado de D. Dinis, vindo relatada nas inquirições de 1288, sendo aduzido o seguinte pormenor: «*Perguntado de que tempo foy esto disse que foy de tempo del Rey dom Sancho tyo deste Rey aaqua*» (PMH – Inq. 1288: 252). Por outras palavras, já antes de 1223, o Hospital possuía dois casais nesta localidade¹⁶, situada no sopé do monte onde se alçava o castelo de Santa Cruz, sede militar da terra de Valdevez, cujo nome – Santa Cruz – decerto ressoava no devocionário, quer do Hospital, quer do Templo¹⁷. Porém,

¹⁵ É forçoso lembrar que o Alto-Minho em geral, e a terra de Valdevez em particular, além dos episódios violentos típicos da crise socioeconómica que vinha desde o reinado de D. Sancho I, foram palco dos conflitos do início do reinado seguinte. Assim, em 1212, tropas leonesas, a que se aliaram magnates portugueses descontentes, infligem uma derrota às tropas de D. Afonso II em Valdevez, tomando de seguida Melgaço e Valença (Ventura, 2007: 68 e 107). Será este o momento em que o castelo de Santa Cruz (Valdevez) começa o seu declínio? Afinal, em 1258 «*jaz derribado*» (Pintor, 2005: 319 e 326). Acaso terá esta situação algo que ver com a inquirição ordenada por D. Afonso II aos bens do Templo e do Hospital em Rio Frio? Vejam-se as linhas que se seguem a esta nota, referentes a esta última freguesia.

¹⁶ Aliás, muito antes desta data. Veja-se o que deixámos escrito na nota n.º 7.

¹⁷ Já Manuel António Bernardo Pintor (Pintor, 2005: 320) sugere uma relação simbólica, e até prática, entre a bailia templária de Rio Frio e o dito castelo, sobranceiro à mesma. No campo devocional, certo é que a invocação de Santa Cruz era também muito querida aos hospitalários. Aliás, como já salientámos, note-se

aproveitando o vazio de poder que marcou o reinado de D. Sancho II (Fernandes, 2006: 222) e a guerra civil que o opôs a seu irmão, o Hospital, intencionalmente ou não, acabou por cometer alguns atos abusivos, ou foi deles cúmplice, aumentando assim os seus bens e rendas¹⁸. Assim sendo, não muito longe, na freguesia de Santa Cristina de Padreiro recolhemos, a título de exemplo nos inquéritos de 1288, o caso de cinco homens que residem num meio casal do Hospital e, embora trabalhassem terras reguengas, deixaram de pagar o foro devido ao monarca. Do mesmo modo, chegam a abandonar as casas em que viviam para se eximirem do pagamento de tributos devidos à Coroa. Porém, o que nos desperta mais a atenção é o trecho que se segue: «*Perguntado do tempo em que esto foy disse que des tempo del Rey dom Sancho tyo deste Rey aaqua foy todo e delles de tempo del Rey dom Affomso padre deste e delles de tempo deste Rey*» (PMH – Inq. 1288: 237). Ou seja, uma vez mais, a crise da primeira metade de Duzentos é apontada como o momento em que surge um novo abuso perpetrado, senão sob pressão do Hospital, pelo menos com a sua conivência. À parte o que foi dito, a posse do dito meio casal, seria anterior ao reinado do “Capelo”, ou pelo menos, contemporânea.

Outros dois casos referidos nestas fontes documentais permitem-nos estabelecer, novamente, o reinado deste último monarca como a época em que se procedeu a um incremento de bens e rendas hospitalários em diversas freguesias, quando não, o momento em que aí os obtiveram os freires pela primeira vez. Assim, em Fontoura (Valença), «*mandou huom homem boos tres maravidis cada ano ao Espital... [para] que o enparase de voz e de coomha e d'anodova e de luytosa*» – situação que se arrastava desde o tempo «destes III Reys aca», isto é, desde o tempo de D. Sancho II (PMH – Inq. 1288: 128). Em Gondoriz (Arcos de Valdevez), a situação é em tudo análoga: «*a hi hũa herdade que chamam dos Ferreyros [onde] soyam ende peytar voz e coymha e mandarom-na ao Espital e fezerom em ella cassas e nom dam ende ne'migalha a El Rey e fazem ende honrra e [sublinhe-se] esto foy de tempo de Rey dom Sancho tyo deste Rey*» (PMH – Inq.

que o Hospital seguia uma regra inspirada naquela que regia a Ordem dos Agostinhos, a que pertenciam mosteiros como Refóios do Lima e Crasto. Posto isto, merece destaque o facto de a casa-mãe dos agostinhos portugueses ser, precisamente, Santa Cruz de Coimbra, instituição profundamente marcada pela figura de São Teotónio, cujas origens eram, curiosamente, alto-minhotas. Ainda dentro desta temática, veja-se o papel da relíquia do Santo Lenho (isto é, a Santa Cruz) na História da comenda hospitalária de Vera Cruz do Marmelar (Fonseca, 2013: 193-318).

¹⁸ Vejam-se os seguintes trabalhos: Reis (1988: 5-23), Reis (2000: 27-66) e ainda Silva (2016: 47-51).

1288: 266-267)¹⁹. Convém realçar, por isso, o carácter relativamente recente de muitos abusos denunciados nas inquirições. Este facto, vem dar continuidade àquilo que vimos dizendo. O Hospital, de *motu proprio* ou indiretamente, viu incrementada a sua influência na região considerada durante a primeira metade de Duzentos, e tudo leva a crer que a tendência de crescimento se manteve até aos inícios da centúria seguinte, malgrado diversas intervenções régias no sentido de cercear e frear os abusos senhoriais em todo o reino, nomeadamente no reinado dionisino²⁰. Como prova, veja-se a constituição do couto de Lamas de Mouro, que, embora indefinida temporalmente, aparece pela primeira vez como tal, e como pertença do Hospital, em meados de Trezentos (Domingues, 2014: 65-66).

Considerando tudo isto, podemos supor que o crescimento de bens e rendas a norte do Lima tenha levado à criação de uma comenda nova, desmembrada de Aboim ou, em alternativa, de alguma comenda galega²¹. Posto isto, tradicionalmente, presume-se que a comenda apenas se formou depois do escambo realizado entre a Ordem e D. Afonso III, em 1269, na sequência da criação, na foz do Lima, da vila de Viana²². Em favor desta suposição vem o facto de, nas Inquirições de 1258, nada ser apontado aos hospitalários na freguesia de Santa Maria de Távora (Pereira, 1925/26: 15-16; Alves, 1982: 89-90). Contudo, este raciocínio não nos parece, de todo, corresponder à realidade. Tendo por base os dados apresentados, na nossa opinião, são as próprias Inquirições que nos podem ajudar a esclarecer o assunto. De modo indireto, é certo, porém, quase que comprovatório.

Desta feita, se em Távora (Santa Maria), onde estava a sede da comenda, não se alude ao Hospital em 1258, na sua homónima, dedicada a São Vicente, referem as testemunhas que «*o Espital comparou desta erdade do Barrio*», deixando o Rei de receber a fossadeira que antes lhe era tributada²³. Conhecendo o terreno, note-se que a capela de S. João (sede da comenda em estudo) está praticamente no limite entre as

¹⁹ Aliás, as inquirições anteriores corroboram-no de certa forma: «*o Espital gaanou erdades d'erdadores, unde tole ao Rey j. modio de fossadeira et os outros foros que avia a fazer*» (PMH – Inq. 1258: 384, 1.ª coluna).

²⁰ Veja-se PMH (Inq. 1288), mais concretamente, a Introdução da autoria de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, editor crítico desta fonte documental, em especial o que é dito nas páginas XII, XIII e XIV.

²¹ Afinal de contas, «a origem das comendas esteve relacionada sobretudo com necessidades do foro administrativo e com exigências de gestão de um património vasto e disperso» (Costa, 2009: 11).

²² Veja-se Andrade; Krus (2000, doc. 53: 152-154) para conhecer o teor do escambo em questão.

²³ «*Item, dixerunt que o Espital comparou desta erdade do Barrio foreira del Rey, per que tole j. soldo de fossadeira al Rey cada ano et outro foro*» (PMH – Inq. 1258: 391, 2.ª coluna).

freguesias de Santa Maria e São Vicente de Távora. De igual modo, o lugar do Bárrio, quer seja o de Baixo, quer seja o de Cima, encontra-se na mesma situação. Além disso, é muito provável que a sede da Comenda nem sequer fosse inquirida, atendendo aos privilégios que a Ordem de São João de Jerusalém detinha desde o tempo dos nossos dois primeiros reis. Para além do mais, se a instituição da mesma fosse contemporânea dos ditos monarcas, à luz das concessões por eles outorgadas aos sanjoanistas, a propriedade destes últimos seria equiparada a um couto (Costa, 1999/2000: 180-181). Talvez por isso não venha declarada expressamente no relato dos inquiridos²⁴.

De encontro a esta situação voltemos a enunciar os casos indicados acima, nas freguesias de Rio Frio, Santa Cristina de Padreiro (e também na homónima de São Salvador), bem como em Monte Redondo. Nas duas primeiras, como vimos, a presença hospitalária é bem anterior a 1258 e o mesmo se infere, embora com menor certeza e precisão, nas duas últimas. Assim, em São Salvador de Padreiro «*o Espital gaanou [parte] da quintana de Menio*» (PMH – Inq. 1258: 393, 1.^a coluna) alguns anos antes, pois, nas inquirições de D. Dinis, grande parte dos abusos e rendas aqui devidos a São João de Jerusalém vem «*des tempo del Rey dom Affonso seu padre deste Rey aqua*» (PMH – Inq. 1288: 224). Quanto a Monte Redondo, freguesia quase imediata à comenda, os testemunhos de 1258 são elucidativos: «*os desta collatione seen in herdades do Tenple et do Espital et de cavaleiros; et am suas herdades de patrimonio, et non fazem delas foro al Rey porque as trivudarom cum no Tenple et cum no Espital et cum cavaleiros*» (PMH – Inq. 1258: 391, 1.^a coluna). E tudo se mantém inalterado, ao que parece, trinta anos depois: «*Monte Redondo é toda de filhos d’algo e d’ordiins mais non dizen de quaes ordiins*» (PMH – Inq. 1288: 278), o que não será muito difícil de precisar. Decerto serão as Ordens do Templo e do Hospital.

Com este “périplo” queremos chamar a atenção para a vizinhança entre a sede da comenda e todas estas localidades, a que poderíamos juntar mais algumas²⁵. Em todas, a

²⁴ Caso semelhante, vemo-lo nos arredores de Barcelos, freguesia de Arcozelo, onde, na mesma data, apenas se informa que a localidade é terra coutada. O detentor do couto não é mencionado, talvez por ser já do conhecimento da Coroa, mas por comparação de dados, sabemos que quem senhoreia a freguesia é o Hospital (Silva, 2016, ponto 2.2: 80-81). Quem sabe o mesmo não se passasse no caso de Távora, sendo assim desnecessário fazer qualquer registo no momento.

²⁵ Casos de Jolda (Madalena), Tabaçô, Santar ou Vilafonche, também muito próximas (PMH – Inq. 1258: 394, 2.^a coluna; 392, 1.^a coluna; 391, 2.^a coluna; 378, 1.^a coluna, respetivamente). Para a localização destas freguesias, veja-se o mapa 1 (Apêndice).

presença hospitalária é contemporânea ou bastante anterior e, dada a proximidade geográfica, fica praticamente provada a existência prévia de bens do Hospital na área em redor da sede da comenda por volta de 1258. E com todos os dados que já introduzimos podemos aventar, quase sem receio, o funcionamento da mesma, pelo menos desde o reinado de D. Sancho II e, por ventura, desde o reinado de algum dos seus predecessores²⁶.

Apesar de tudo, qualquer que seja a verdade histórica, e independentemente de eventuais dados que possam surgir no futuro, o primeiro dado seguro que possuímos de momento, acerca do seu funcionamento efetivo, data de 1250 e prende-se com um dos seus comendadores, eventualmente o primeiro (*Chancelaria de D. Afonso III*, vol. II, doc. 466: 63-64).

4. Localização geográfica de Távora

Sendo certo que desconhecemos quaisquer detalhes acerca do processo que culminou com a instituição de uma comenda hospitalária em Távora, não sabemos se a escolha desta localidade foi ponderada previamente, ou se, um pouco ao acaso, algum condicionamento aleatório acabou por determinar que assim fosse. Ora, já que os dados coligidos não se revelam muito esclarecedores no que diz respeito a esta problemática, resta-nos uma única hipótese: proceder a alguns raciocínios críticos, nomeadamente no que diz respeito ao excelente posicionamento geográfico desta localidade. Atravessada por uma via de comunicação que ligava Ponte de Lima ao vale do Vez, podendo daqui seguir em direção à Portela de Vez (rumo a Norte), e ao Soajo (via Galiza), entre outras opções, a freguesia de Távora (Sta. Maria) confina com o Lima, tão-pouco distando muito do castelo de Santa Cruz, centro simbólico da terra de Valdevez, onde estava inserida **(Ver Apêndice Mapa 1)**.

²⁶ Reveja-se o que dissemos anteriormente, no início do ponto que agora concluímos, ou seja, o ponto 3, denominado “O surgimento da comenda”. Salientemos, uma vez mais, a expressão «*in Tavara coram freires*», inserida num documento do *Cartulário de Fiães* (*O Cartulário de Fiães*, vol. I, doc. 147: 113) e a sua importância para a admissão da hipótese de que uma comenda, ou alguma estrutura semelhante incipiente, estaria já em funcionamento na freguesia de Távora. Por outras palavras, recorde-se que o dito documento data do ano de 1237, ou seja, do reinado de D. Sancho II. Acrescentemos ainda que a situação de Távora, quanto à cronologia da sua criação, está de acordo com os casos aragonês e castelhano, já que em Castela a «maioria das comendas nasce em finais do século XII ou inícios do XIII». No que diz respeito à Coroa de Aragão a cronologia é semelhante, aludindo-se também à rapidez com que muitas comendas foram surgindo (Fonseca, 2013: 55, 57 e 67). Tais afirmações estão também presentes em Neto (2016: 223-224).

Como já demos a entender, de acordo com as inquirições de Duzentos, era no concelho de Arcos de Valdevez que se concentrava o grosso da presença hospitalária a norte do Lima. A esta luz, a escolha de Távora para sede da comenda não terá sido, de algum modo, despropositada²⁷. Ora, tendo em mente que neste recanto nortenho de Portugal os freires se dedicavam mormente à administração de bens e rendas e, por certo, ao agasalho de peregrinos, o posicionamento estratégico da comenda assumia um relevo ainda maior (**Ver Apêndice Mapa 2**).

Durante a Idade Média, existiam diversos caminhos de peregrinação, uns mais importantes que outros, cuja meta era o túmulo do Apóstolo S. Tiago. Como já tivemos ensejo de referir, no Entre Lima-e-Minho, o mais calcorreado seria o que ligava Ponte de Lima a Valença/Tui. Neste, já o vimos, a concorrência com outras instituições que também ofereciam serviços assistenciais, devia ser forte. Entretanto, outros havia em alternativa, nomeadamente aquele que provinha de Braga e que, cruzando o Lima nas proximidades da Ponte da Barca dos nossos dias, embrenhando-se no vale do Vez, seguia até à Portela. Uma vez aqui, rumava a Monção, podendo ainda seguir em direção a Melgaço ou a Castro Laboreiro. A partir destas três últimas povoações, seguia-se por terras galegas. Uma outra hipótese permitia alcançar a via Ponte de Lima-Valença, por algum percurso secundário²⁸. Não obstante, qualquer que fosse o caminho escolhido, os freires de São João de Jerusalém sempre estariam por perto, tanto a sul como a norte do Lima (Silva, 2016: 18-19, 26 e 60 – mapas).

Convenhamos que, portanto, a freguesia de Távora se encontrava muito bem posicionada face a estas duas vias de comunicação (Ponte de Lima-Valença e Ponte da Barca-Monção), intercomunicando entre ambas²⁹. Para corolário, acrescentemos à lista uma outra via, talvez a mais versátil de todas: o rio Lima. Durante a Idade Média, unindo as duas margens do rio, existiu uma barca de passagem, que atracava junto dos limites da paróquia. Denominava-se «*Barco de Soeiro*» e está documentada, pelo menos, nas

²⁷ Note-se que Távora forma parte do sobredito concelho de Arcos de Valdevez. No que diz respeito às referências inerentes ao Hospital, nas Inquirições de 1258 e de 1288, logo depois deste último concelho, e com menor volume de dados recolhidos, podemos indicar os atuais concelhos de Ponte de Lima (margem norte), Monção e Paredes de Coura (Silva, 2016: 54 – tabela 4 – e 60).

²⁸ Veja-se o mapa 1 (Apêndice). Para alcançar a via Ponte de Lima-Valença devia usar-se o caminho que envereda para as terras de Coura.

²⁹ Veja-se o mapa 2 (Apêndice).

inquirições de 1288³⁰, e mais tarde, como topónimo no reinado de D. Fernando (Andrade; Krus, 2001, doc. 46: 96-97). Não é possível deduzir qualquer ligação entre este meio de transpor o rio e a Ordem do Hospital. Porém, em última instância, este elemento vem, uma vez mais, realçar o carácter privilegiado da localização da sede da comenda. Esta, não estando em contato direto com o Lima, não deixa de estar muito próxima, e tomando a estrada que provinha de Ponte de Lima rumo ao vale do Vez, alcançava-se facilmente o lugar do Carregadouro, na freguesia reguenga de S. Paio de Jolda³¹. Afinal de contas, o rio era uma via de comunicação multifacetada, rápida e segura. Servindo transações comerciais e permitindo o escoamento de produtos, servia também para o envio de rendas decorrentes da comenda para a sede da Ordem (fosse ela a sede portuguesa ou a geral, na Terra Santa), e até, quem sabe, para agilizar contactos numa perspetiva inter-comendas.

Em suma, se na hora de escolher o local para sede de uma nova comenda existiam motivações de índole prática, em especial, em termos de uma boa localização geográfica, Távora, como se vê, preencheria todos os requisitos.

5. O “território” de Távora

Tomando as palavras de Paula Pinto Costa, «o estudo de uma comenda terá de passar pela identificação da área a que a mesma corresponderia» (Costa, 2009: 20). No decorrer deste estudo, tivemos já oportunidade de dar a entender que território orbitava em torno da comenda em análise, portanto sujeito ao seu comendador. Por outras palavras, a sua área de jurisdição (ou influência) devia corresponder, *grosso modo*, ao Entre-Lima-e-Minho. Noutra lugar, formulámos esta hipótese com base em algumas pistas avulsas recolhidas nas freguesias de Fontoura e de Proselo (Silva, 2016: 84)³² e, ao seu encontro vêm as palavras de José Domingues para o caso de Lamas de Mouro (Melgaço)³³ e a compensação régia feita ao «*Spytal de Tavora*» por via de um casal sito

³⁰ Note-se que a dita barca, sita no rio Lima parece estar relacionada com uma instituição monástica, a saber, o mosteiro de Redufe: «*e dous casaes de Randuffi que son en o Barco de Sueyro*» (PMH – Inq. 1288: 695). Veja-se também o mapa 1 (Apêndice).

³¹ Este lugar, era, quem sabe já desde os tempos medievos, o «ponto terminal da navegação no rio» (Almeida, 2015: 202 e 204). Veja-se o mapa 1 (Apêndice).

³² O teor das ditas pistas é o que se segue. Em Fontoura (Valença): «*mandou huum homem boos tres maravidis cada ano ao Espital de Tavora*» (PMH – Inq. 1288: 128) e em Proselo (Arcos de Valdevez) no ano de 1346 alude-se ao «*Espital de Tavora*» (Andrade; Krus, 2001, doc. 39: 90).

³³ «A posição geográfica do couto de Lamas de Mouro... fez com que fosse sempre integrado na comenda de Távora» (Domingues, 2014: 59).

na região de Caminha (Marques, 2012: 23-24 e 42). Ainda na senda deste raciocínio, tomando os poucos documentos tipo-ementa (apenas seis) atribuídos à comenda de Távora no *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, é de assinalar que quatro se reportam claramente ao território sito entre os dois rios acima indicados. Com efeito, ao lê-los deparamos com localidades como Valença, Távora e Monção³⁴.

Como complemento a estas evidências, tenha-se em consideração, a sul do Lima, a cercania da comenda de Aboim e a relativa proximidade de outras células administrativas análogas nas margens do Cávado³⁵. Do mesmo modo, a norte do Minho encontramos aquela que seria a área adstrita à comenda de Toronho e, para lá das serras de Labreiro, Peneda e Soajo, a gestão do património hospitalário caberia ao comendador de Límia³⁶.

Face ao exposto, consideremos um último documento, a saber, um rol quinhentista com as rendas que, anualmente, seriam pagas na comenda de Távora pelos “seus” caseiros, ou se quisermos, pelos indivíduos que trabalhavam as terras que lhe pertenciam³⁷. Esta fonte documental, embora posterior ao período que vimos tratando, deve refletir toda uma herança medieval, nomeadamente no que diz respeito ao âmbito geográfico sobre o qual a comenda de Távora exercia a sua tutela e influência. Posto isto, embora se verifique que no século XVI o Hospital detém bens patrimoniais (que lhe proporcionam rendas) num número de freguesias muito mais diversificado e superior

³⁴ Além da vila de Ponte de Lima, próxima, mas em princípio, já fora da alçada de Távora (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Bailiado de Leça, *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, fólio/item 65). Os dois últimos documentos (n.º V e VI) não os podemos considerar neste contexto, ou por não ser possível uma identificação precisa do lugar, ou porque dizem respeito à área de influência de outra comenda.

³⁵ Referimo-nos a uma comenda que parece ter funcionado em torno do couto de Faial (Vila de Prado, em Vila Verde); à comenda de Santa Marta (que pensamos reportar-se a Arcozelo, Barcelos) e a duas “pseudo-comendas” sediadas em Queijada (Ponte de Lima) e Marrancos (Vila Verde). É possível que estes dois últimos casos possam ser entendidos como centros administrativos menores – aquilo a que na Galiza chamam de “partidos”, quem sabe na órbita de Santa Marta. Esta última deve ter sido integrada, talvez já não na Idade Média, na sua congénere de Chavão (Silva, 2016: 74-85).

³⁶ «*El territorio de Toroño ocupaba la parte sur de la actual provincia de Pontevedra y la occidental de la de Ourense; / Limia designará el territorio meridional y central de la actual provincia de Ourense, que formará parte de la encomienda de Quiroga y constituirá en la segunda mitad del siglo XVIII la encomienda independiente de Osoño*» (García Tato, 2004: 62-63).

³⁷ Arquivo Distrital de Braga, *Comendas*, n.º 51, doc. n.º 4: *Rol do sabido da comenda (sic) de tavora que são obrigados os cazeiros a pagar cada hum ano nestes cassas da comenda (sic)*.

àquele que se consegue apurar nas inquirições de 1258 e 1288, todos esses bens encontram-se disseminados entre os rios Lima e Minho³⁸.

6. Conclusões

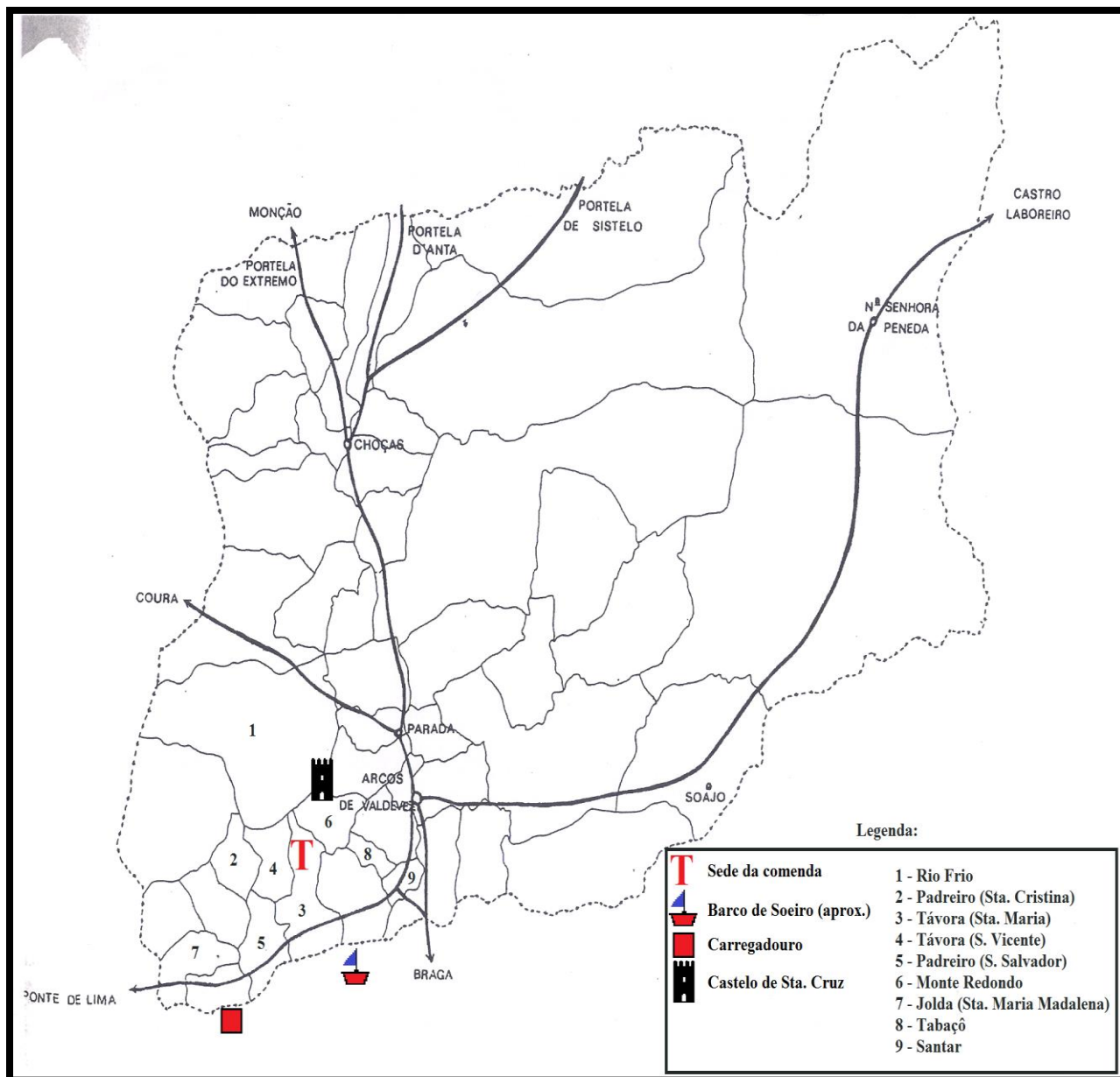
Tudo o que acabamos de expor não oferece, certamente, uma resposta definitiva às problemáticas abordadas. Afinal, em História, como na própria Natureza, “tudo se transforma”. No entanto, em função dos dados aduzidos, pensamos ter conseguido sustentar os raciocínios que fomos delineando. E, se as nossas interpretações não estão isentas de vir a ser reformuladas ou postas em causa, ficam, contudo, à espera, não só de novos dados, mas também de contributos que outros queiram dar a esta temática.

Em jeito de conclusão, e recapitulando as principais linhas de pensamento apresentadas, é possível que a comenda hospitalária de Távora tenha sido criada ainda no século XII, sendo certo que na primeira metade do seguinte estava já devidamente instituída. Na escolha do lugar para sede da dita “célula” administrativa devem ter pesado as boas condições de acessibilidade que Távora oferecia. A partir daqui, e tomando as duas principais vias de comunicação no sentido sul-norte, ou vice-versa, facilmente se alcançavam, quer as margens do Lima, quer as do Minho. O território que ficava de permeio seria aquele em que o comendador de Távora tinha por incumbência a gestão dos bens do Hospital na região, exercendo ao mesmo tempo o papel de senhor feudal e de representante da própria Ordem.

³⁸ Todos, à exceção de algumas propriedades na freguesia de Beiral do Lima, situada a sul do rio que traz no nome.

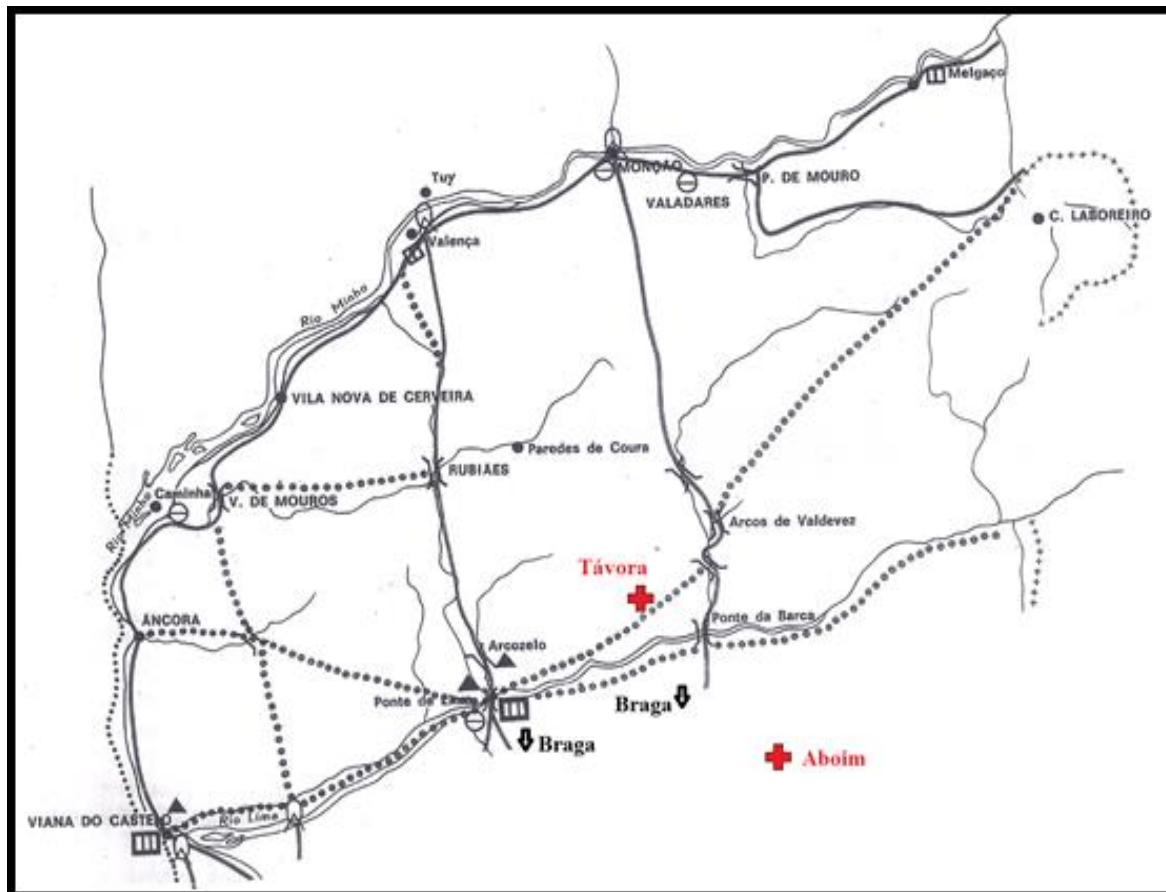
Apêndice

Mapa 1 Inserção da comenda de Távora (e freguesias vizinhas) na rede viária local.



Mapa reproduzido, com o título «Caminhos principais de comunicação com o exterior no ano de 1800», em Caldas (1994: 323). Visto que os caminhos representados hão-de ter raízes medievais, quando não anteriores, decidimos utilizá-lo, plasmando nele aspetos que vamos introduzindo ao longo destas linhas e que constam da legenda respetiva.

Mapa 2 Inserção da comenda de Távora na rede viária regional. Território adstrito à mesma comenda: Entre-Lima-e-Minho.



Detalhe do mapa reproduzido em Almeida (1973: entre 50-51), ao qual apenas introduzimos a localização das comendas de Távora e Aboim, bem como o sentido dos dois caminhos principais para sul, com Braga por destino principal. Note-se que o espaço aqui enunciado, delimitado pelos rios Lima e Minho, corresponde, como daremos conta no ponto 5 e como consta da intitulação que apusemos ao mapa, à zona de jurisdição (ou influência) da comenda em estudo.

Bibliografia:

Fontes Manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Bailiado de Leça, *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, Coleção Costa Basto, n.º4. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4499674> [Consulta em 22.07.2017].

Arquivo Distrital de Braga, *Comendas*, n.º 51, doc. n.º 4: *Rol do sabido da comeda (sic) de tavora que são obrigados os cazeiros a pagar cada hum ano nestes cassas da comeda (sic)*.

Fontes Impressas:

ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (coord.) (2000), *Valdevez Medieval. Documentos I. 950-1299*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís (coord.) (2001), *Valdevez Medieval. Documentos II. Arquivos de Lisboa 1300-1479*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. *Cartvlário do Mosteiro de Crasto*, Direção e nota prévia de Alfredo Pimenta, Vila Nova de Famalicão: Junta da Província do Minho/Arquivo Municipal de Guimarães, 1938.

Chancelaria de D. Afonso III, Livro I. Vol. 1 e Vol. 2, Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Dicionário de Latim – Português (Dicionários Editora), por António Gomes Ferreira, Porto, Porto Editora.

GARCÍA TATO, Isidro (2004), *Las encomiendas gallegas de la Orden militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental*. Tomo I: *Época medieval*. Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Xunta de Galicia/Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento».

O Cartulário do Mosteiro de Fiães, Vol. I, Edição de José Marques, Câmara Municipal de Melgaço, 2016.

PMH – Inq. 1258 = *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*, vol. I, Parte I e II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977.

PMH – Inq. 1288 = *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usque ad Quintum Decimum: Inquisitiones*, Nova Série, vol. IV: *Inquirições gerais de D.*

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, Edição de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2012.

Estudos:

ABREU, Alberto Antunes de (2009), *História de Viana do Castelo*, 1.º vol., Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

ALVES, Lourenço (1982), “Igrejas e Capelas Românicas da Ribeira Lima”, *Caminiana. Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática*, n.º 7, Caminha, pp. 47-118.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973), “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, *A Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas luso-espanholas de História Medieval*, Tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 39-57.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (coord.) (2015), *Rio Lima. memórias de um rio mítico*, Município de Ponte de Lima.

BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. II, Tomo I, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Economia e da Tecnologia.

CALDAS, Eugénio de Castro (1994), *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo. Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*, Verbo/Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

COSTA, Avelino de Jesus da (1981), “A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)”, *I.º Colóquio Galaico-Minhoto*, vol. I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, pp. 69-240.

COSTA, Paula Pinto (1996), “A Ordem do Hospital em Portugal no primeiro século da nacionalidade”, *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 99-107.

COSTA, Paula Pinto Costa (1999/2000), *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 3 e 4: *A Ordem do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, n.º 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

COSTA, Paula Pinto (2009), “As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos”, *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 11, *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*, Porto, CEPESSE / Livraria Civilização.

COSTA, Paula Pinto (2012), “The Role of the Order of St. John in Pilgrimage and Politics: The Case of the North of Portugal”, in Antón M. Pazos (ed.), *Pilgrims and Politics. Rediscovering the power of the pilgrimage*, Farnham, Ashgate, pp. 69-82.

DOMINGUES, José (2014), *Os Limites da Freguesia de Lamas de Mouro e os Caminhos da (in)Justiça*, Edição do Autor.

FERNANDES, Hermenegildo (2006), *D. Sancho II: tragédia*, Mem Martins, Círculo de Leitores.

FONSECA, Luís Adão da (coord.) (2013), *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz do Marmelar*, Porto, Fronteira do Caos/CEPESE.

MARQUES, José (2012), “A póvoa dionisina de Caminha – 1284”, *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, II Série, n.º 6, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, pp. 13-47.

MORENO, Humberto Baquero (1986), “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 3, Porto, pp. 77-89.

NETO, Cláudio (2016), “Anónimos e Domésticos. Os freires das Ordens Militares nas cantigas dos trovadores”, in Luís Filipe Oliveira (coord.), *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 229-246.

PEREIRA, Félix Alves (1925/26), “A ermida românica de S. João Baptista de Távora (Valdevez)”, *O Archeologo Português*, vol. XXVII, pp. 1-20. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_27/1_ermida_romanica.pdf [Consulta em 25/07/2017].

PINTOR, Manuel António Bernardo (2005), *Obra Histórica*, Tomo I, Monção, Rotary Club de Monção.

REIS, António Matos (1988), “Valdevez Medieval. Alguns aspectos da crise social do século XIII no julgado de Valdevez”, *Terras de Valdevez*, n.º 11, Braga, G.E.P.A., pp. 5-23.

Ricardo Barbosa da Silva – A constituição de um poder num território transfronteiriço: em torno das origens da comenda hospitalária de Távora – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, n.º 2. 2017. 139-159 DOI: 10.21747/0871164X/hist7_2oe1

REIS, António Matos, “Um julgado medieval: Arcos de Valdevez no século XIII”, *Estudos Regionais. Revista de Cultura do Alto Minho*, n.º 21, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, pp. 27-66.

SILVA, Ricardo Barbosa da (2016), *As Ordens Militares do Hospital e do Templo no Entre-Cávado-e-Minho nas inquirições de Duzentos*. Tese de Mestrado em Estudos Medievais, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VENTURA, Margarida Garcez (2007), *A Definição das Fronteiras*. Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal (Coleção), QuidNovi.